



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22 DE DEZEMBRO DE
2014**

NÚMERO 5

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2014 -----

Nº. 05/2014 -----

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número treze barra dois mil e catorze, de onze de dezembro de dois mil e catorze, tendo comparecido os Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Carlos Manuel Marques Alves; Celestino da Cruz Freire; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; João Carlos Baião da Silva; António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltaram à Sessão os seguintes vogais Rui Paulo Serras Vermelho (PS), Jorge Manuel Louro (PS), João Pedro Viegas Santana (PS) e Carlos Alberto Dias (PS), tendo os dois últimos justificado a ausência; o vogal Nuno Filipe Medroa Cristóvão (CDU) compareceu após efetuada a segunda chamada, tendo sido considerado ausente para efeitos de votação. -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão e Natércio Francisco Canelhas Candeias. -----

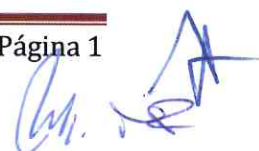
Esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída por: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio, 1.º Secretário e Maria do Rosário Costa Martins, 2ª. Secretária. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes. Iniciou os trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Apresentou proposta de “Saudação da Assembleia Municipal de Constância pelo reconhecimento do Cante Alentejano como património cultural e imaterial da



humanidade”, ANEXO¹. A proposta de saudação foi acolhida favoravelmente e aprovada por **unanimidade**.-----

Vogal Sónia Varino (CDU) Apresentou proposta de saudação relativa à “Atribuição do Grammy Latino de Carreira a Carlos do Carmo”, ANEXO². A mesma foi acolhida favoravelmente pelas restantes bancadas e tornada **unânime** pela Assembleia Municipal. -----

Vogal Carlos Alves (PS) Apresentou moção relativa a “Municipalização da Educação”, ANEXO³. A moção foi aceite para discussão por maioria, com abstenção do vogal Celestino do CDSPP. ---

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse concordar com o essencial da moção, apesar de esta apresentar conteúdos pouco exatos. Como exemplo, fala de secretismo, todavia houve reuniões com alguns municípios, pelo que considera uma discussão inoportuna neste momento. -----

Moção **aprovada por maioria**, com um voto contra da bancada da CDU, cinco abstenções, sendo quatro da bancada da CDU e uma da bancada do CDSPP. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Informou que votou favoravelmente por dois motivos. Primeiro, porque o assunto que tem sido tratado quase como uma organização secreta, o que não lhe inspira nada de bom. Segundo, o governo parece já ter escolhido algumas Câmaras Municipais para testar este projeto que tem um pressuposto, ou uma certeza, que a educação vai passar para as Câmaras e assim alguns professores vão para a rua. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que se detetou duas ou três incorreções na ata da sessão anterior, já distribuída, pelo que pediu desculpa e não colocou a ata para votação dizendo que a mesma virá na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos, que o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos vogais, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

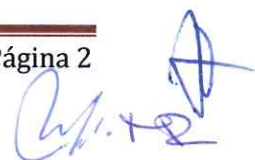
Período da Ordem do Dia -----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da **proposta de alteração à proposta de mapa de pessoal para 2015**; -----

¹ “Classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade”

² “Atribuição do Grammy Latino de Carreira a Carlos do Carmo”

³ moção sobre “Municipalização da Educação”



3. Análise, discussão e eventual aprovação das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2015;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2015;-----
5. Análise, discussão e eventual autorização da abertura do procedimento a candidatos sem relação jurídica de emprego público para tempo indeterminado, para a subunidade orgânica de serviços sociais, culturais, desportivos e turismo; -----
6. Análise, discussão e eventual autorização da abertura do procedimento a candidatos sem relação jurídica de emprego público para tempo indeterminado, para a divisão municipal de serviços técnicos – núcleo de parques, espaços verdes e jardins – assistente operacional; -----
7. Análise, discussão e eventual autorização da abertura do procedimento a candidatos sem relação jurídica de emprego público para tempo indeterminado, para o gabinete de apoio aos órgãos municipais – técnico superior; -----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – proposta; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação da contratação do empréstimo a longo prazo para financiamento do centro escolar de Montalvo - relatório de análise das propostas rececionadas e eventual reformulação do procedimento adotado para a contratação do empréstimo; -----
10. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-
11. Outros assuntos de interesse. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fosse incluído nos Outros Assuntos de Interesse a proposta que chegou por ofício na sexta-feira, distribuído a todos os vogais, sobre a revogação do regulamento de instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de hospedagem do concelho de Constância. Solicitação aceite por **unanimidade**. -----

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2015; -----

Presidente da Câmara Municipal – Não obstante a informação distribuída seja explícita, a Câmara Municipal solicita à Assembleia Municipal que autorize a substituição do documento que foi enviado em outubro aquando do orçamento. Na informação consta a justificação que após uma reflexão mais atenta sobre as questões do mapa de pessoal e também com o resultado do trabalho desenvolvido durante o corrente ano, no âmbito da formação-ação da Fundação CEFA, foi possível melhorar o documento. Pelo que agora se solicita que a Assembleia autorize a substituição do documento anteriormente enviado pelo atual. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse não perceber porque se pede para votar uma proposta de alteração e em seguida para votar o mapa de pessoal -----

Presidente da Câmara Municipal – Clarificou que por força da lei, em outubro foi elaborado e aprovado o orçamento em que consta o mapa de pessoal. Hoje, solicita-se autorização para que seja substituído o mapa de pessoal que constava no orçamento já aprovado. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse não lhe fazer sentido analisar e aprovar uma proposta de alteração, e a seguir aprovar o mapa de pessoal. Solicitando a opinião do Presidente da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Referiu que considera que o ponto da Ordem de Trabalhos poderia ser mais claro. Mas compreende as explicações dadas pela Senhora Presidente da Câmara, que será apenas substituir o mapa que fora enviado e incluir o novo mapa, que posteriormente será discutido e analisado no Ponto 4. -----

Proposta aprovada por **unanimidade**. -----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015; -----

Presidente da Câmara Municipal – Apresentou o documento em análise, referido que a introdução tem um cariz político, ao que se segue um de conjunto de informações de natureza técnica com um forte enquadramento normativo. Referiu ser preocupação do executivo o respeito pelos procedimentos técnicos e o respeito pelos compromissos assumidos tanto no âmbito das receitas como no das despesas. O documento foi elaborado antes do orçamento de Estado ter sido aprovado, pelo que se trabalhou com os valores que tinham sido propostos pelo governo. Explicou ainda que este orçamento foi condicionado pela própria legislação que condiciona a autonomia das autarquias, acrescida das inovações respeitantes ao regime jurídico de atribuições e competências das autarquias locais, das entidades intermunicipais e



do associativismo autárquico. Consciente das necessidades financeiras inerentes à construção do Centro Escolar de Montalvo, mas privilegiando também a ampliação do cemitério da Portela, a continuidade do apoio ao movimento associativo, as matérias da educação, da ação social, da cultura e da protecção civil. Sublinhando haver assuntos que não descure, seja por opção seja por necessidade. Reafirmou a intenção de continuar a redução de custos e dar continuidade à contenção que tem sido feita nos últimos anos, mas sempre com vista a melhorar o investimento. Evocou os sentimentos de mágoa e preocupação, mas também confiança e esperança pelo facto de ainda não ser possível reservar verbas com montantes suficientes para fazer face a tudo aquilo que gostaríamos de ver feito no nosso concelho, como a recuperação de edifícios no centro histórico, a melhoria do campo de futebol em Montalvo, do cine-teatro, das zonas ribeirinhas, dos espaços verdes. Terminou referindo que o documento apresenta algumas verbas definidas com um ou dez euros, como sinal de que a rubrica ficará apenas aberta, mas também para simbolicamente evidenciar que são áreas consideradas importantes, também prioritárias, mas com as verbas disponíveis ainda não foi possível o seu atendimento. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse que no atual contexto, este é o orçamento possível. Relevando a construção do Centro Escolar de Montalvo e o aumento do cemitério da Portela, o apoio social tanto relativamente às IPSS como ao associativismo; realçou a questão do reforço técnico do município, como seja a contratação de técnico da área jurídica e salientou o facto de a Câmara ainda conseguir transferir alguma receita corrente para a despesa de capital, depois dos cortes que teve desde o orçamento do Estado.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu que gostaria de ver o orçamento da Câmara como um orçamento participativo e que as forças políticas representadas no concelho pudessem contribuir mais ativamente para a sua realização. Disse não haver no orçamento uma aposta clara na redução da despesa corrente. Terminou referindo que iria apresentar uma declaração de voto sobre o assunto.-----

Proposta aprovada por maioria, com dez votos a favor da bancada da CDU e do CDS-PP e três votos contra da bancada do PS. As bancadas da CDU e do PS apresentaram declarações de voto, ANEXO⁴. -----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015; -----

⁴ Declaração de voto apresentada pelas bancadas do PS e CDU.



Presidente da Câmara Municipal – Referiu tratar-se de um documento claro, que reflete a necessidade de recrutar algum pessoal. Para além do concurso que está a decorrer para dois assistentes técnicos, optou-se por prever a abertura de um concurso para recrutar uma pessoa na área jurídica, três assistentes operacionais para a área dos parques e jardins e um outro assistente operacional para a área de motorista e condução de máquinas. Sabendo que não é possível aumentar os gastos com pessoal em relação ao ano de 2014, terá de se continuar a evoluir no sentido de rentabilizar, não pela força do trabalho, mas pelos novos paradigmas e tipos de trabalho a realizar.-----

Proposta **aprovada por maioria**, com dez votos a favor, da bancada da CDU e do CDS-PP e três abstenções da bancada do PS.-----

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO PARA TEMPO INDETERMINADO, PARA A SUBUNIDADE ORGÂNICA DE SERVIÇOS SOCIAIS, CULTURAIS, DESPORTIVOS E TURISMO; -----

Presidente da Câmara Municipal – Sublinhou que se solicita à Assembleia Municipal que autorize a Câmara a proceder à abertura de um concurso para ocupação dos postos de trabalho enunciados, ao qual possam concorrer candidatos sem qualquer relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Referiu-se ao ponto 5, 6 e 7, sendo que o ponto 5 respeita a um concurso para três assistentes operacionais a termo resolutivo incerto, em que três lugares se destinam a auxiliares de ação educativa para as escolas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Questionou a Presidente do Executivo no sentido de saber se a Câmara vai inicialmente lançar o procedimento para quem tem vínculo ou abre directamente o concurso para quem o não tem. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira para explicar o procedimento. -----

Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Informou que de acordo com a legislação, a Câmara é o órgão competente para autorizar procedimentos concursais para os quais os candidatos tenham vínculo à função pública, para trabalhadores que exerçam funções públicas, por tempo indeterminado. Posteriormente, se eventualmente os concursos ficarem vagos ou se ninguém tiver provas superadas nesses concursos, então será aberto a trabalhadores que não têm vínculo por tempo indeterminado. No entanto, é possível por uma questão de economicidade e também de aceleração no procedimento, abrir em simultâneo

procedimentos concursais destinados a trabalhadores com vínculo e sem vínculo, desde que a Assembleia Municipal o autorize. Depois, ao longo do procedimento, os trabalhadores que tenham vínculo têm preferência no procedimento face aos concorrentes que não o tenham. ---

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que a bancada do PS defende que os processos sejam feitos com transparência, igualdade de oportunidades e que sejam os melhores a ocuparem os lugares. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Disse que como as pessoas que têm vínculo têm prioridades, existe maior possibilidade destes lugares serem ocupados por pessoas fora do concelho, podendo chegar-se à situação de que a maioria dos funcionários não reside no concelho. -----

Proposta **aprovada por maioria**, com dez votos a favor da bancada da CDU e do CDS-PP e três abstenções da bancada do PS. -----

6. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO PARA TEMPO INDETERMINADO, PARA A DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS – NÚCLEO DE PARQUES, ESPAÇOS VERDES E JARDINS – ASSISTENTE OPERACIONAL; -----

Não houve intervenções. -----

Proposta **aprovada por maioria**, com dez votos a favor da bancada da CDU e do CDS-PP e três abstenções da bancada do PS. -----

7. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO PARA TEMPO INDETERMINADO, PARA O GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS – TÉCNICO SUPERIOR; -----

Não houve intervenções. -----

Proposta **aprovada por maioria**, com dez votos a favor da bancada da CDU e do CDS-PP e três abstenções da bancada do PS. -----

8. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PROPOSTA; -----



Não houve intervenções. -----

Proposta **aprovada por unanimidade**. -----

9. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO - RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS RECECIONADAS E EVENTUAL REFORMULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADOTADO PARA A CONTRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO; -----

Presidente da Câmara Municipal – Iniciou recordando que na última Assembleia Municipal foi dada autorização para que a Câmara pudesse devolver o procedimento de contratação do empréstimo até aos 500.000 euros, com o prazo de amortização de vinte anos. A documentação distribuída e relativa ao assunto, para além da documentação de suporte, compreende uma análise de avaliação das propostas, para o caso de termos de contratar ou seleccionar a entidade que nos oferecia melhores condições. E, nesse caso seria o banco Santander. No entanto, durante este processo de auscultação teve-se conhecimento que deveríamos ou poderíamos fazer um empréstimo ao Banco Europeu de Investimento (BEI). Naturalmente que existem várias regras, várias cláusulas e portanto têm também convosco a descrição de como e quanto é que poderíamos pedir de empréstimo ao BEI e, se o mesmo for aprovado, tendo em conta que apenas esse financiamento pode ser feito para financiar obras que tenham sido aprovadas no âmbito dos fundos comunitários; resta-nos a necessidade de um pedido de empréstimo para 250.000 euros relativos às acessibilidades do Centro Escolar de Montalvo. Posto isto, havendo essa necessidade, também têm perante vós nas informações a vantagem que há em adotar este procedimento, ou seja recorrer ao BEI, e por outro lado também de contrair um empréstimo de até 250.000 euros por um período de quinze anos. O que se pede é que a Assembleia Municipal perante esta explicação e a documentação facultada, se pronuncie e que vote favoravelmente esta proposta constituída por três pontos. -

Vogal Virgílio André (CDU) – Referiu ter efetuado uma análise detalhada das condições que foram propostas e que existe um ponto com o qual não concorda, quando se fala do empréstimo à entidade bancária e do empréstimo através da linha do BEI, diz que é uma poupança estimada em cerca de 136.000 euros. Todavia na sua opinião, rondará os 80.000 euros, porque se vai pedir 450.000 euros não se pede os 500.000 euros, logo são menos 50.000 euros que se recebe, mas também não se têm de pagar, daí não será 120.000 euros, mas cerca de 80.000 euros. -----



Disse ainda que a Câmara solicitou às entidades bancárias um empréstimo de 500.000 euros por um prazo de vinte anos, não se entende como uma entidade bancária responde com uma taxa de juros a cinco anos, a dez anos, a quinze anos ou vinte anos. Se o pedido foi efetuado para a condição de vinte anos, a entidade bancária só deveria responder para vinte anos, pelo que deveria ter sido excluído. Referiu ainda que não entende como é que a Caixa Geral de Depósitos apresenta uma proposta com um *spread* de 3.20 e depois aparece um banco privado com o *spread* de 2.7. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Questionou a Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, no sentido de saber se a Câmara não conseguir obter o financiamento do BEI, continua com a possibilidade de recorrer ao empréstimo que agora fica em suspenso. -----

Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Referiu que todas as propostas têm um prazo de validade dos sessenta dias. Haverá tempo suficiente para se receber a resposta relativa à candidatura e se eventualmente esta não for aprovada, é possível então, uma vez que as propostas se mantêm válidas, manter o procedimento anterior. -----

Proposta aprovada **por unanimidade**. -----

10. APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO Nº 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Vogal Filipa Ferreira (PS) – Questionou se foram contactadas entidades acreditadas para a prestação de serviço no que se refere às coberturas executadas em fibrocimento designado por amianto, nos edifícios públicos do concelho, nomeadamente as escolas e mais concretamente na escola antiga de Constância E.B. 1 -----

Presidente da Câmara Municipal – Disse que a pergunta é pertinente e solicitou ao Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos para fazer o ponto de situação sobre o desenvolvimento dos procedimentos que já foram efetuados. -----

Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos – Elucidou que no concelho ainda existem alguns edifícios com coberturas em chapas de fibrocimento, em Santa Margarida no estaleiro e na antiga escola primária em Constância. Foi pedido uma análise destes edifícios a três empresas mas uma não respondeu, tendo sido adjudicado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que ainda se aguarda o resultado. Se eventualmente existirem valores que



ultrapassem os limites que estão previstos na Lei, ter-se-á que fazer outro procedimento que consiste numa avaliação no local e nas imediações, para verificar se existe ou não alguns indícios de amianto. Se do resultado da análise do Laboratório Nacional de Engenharia Civil não indicar quaisquer indícios, ou parâmetros que ultrapassem os limites legais, o estudo pára e não existirão problemas. Lembrou ainda que nem todas as coberturas de fibrocimento têm amianto, e existem outras variáveis, por exemplo se a cobertura de fibrocimento está em cima de uma placa, ou em cima de um teto falso, ou se está em contacto direto com quem estiver a trabalhar dentro do espaço físico. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que enquanto se aguarda o resultado não deveria ser permitido trabalhar em edifícios com cobertura de amianto porque se deve salvaguardar a saúde das pessoas, por esta razão o PS, vai apresentar um requerimento sobre a questão do ambiente, ANEXO⁵. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu não entender a razão deste assunto ser abordado nesta Assembleia, passado tantos anos até porque o edifício agora já nem funciona como escola e nunca o Partido Socialista levantou essa questão. Disse que gostava de saber o real motivo da questão, até porque o Vogal Carlos Alves já levantou esta questão na Assembleia Intermunicipal. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que é uma situação grave e sensível, para a qual todos deveriam estar preocupados em defender uma avaliação mais rigorosa dos riscos para a saúde das pessoas. -----

11. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou à Senhora Presidente da Câmara para elucidar sobre pedido para revogar o regulamento de instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de hospedagem do concelho de Constância. -----

Presidente da Câmara Municipal – Disse que este assunto foi presente à reunião de Câmara de quinta-feira e aí foi decidido ainda enviar o pedido na sexta-feira para a Assembleia, uma vez que o Licenciamento Zero vai entrar em pleno a partir do próximo dia cinco.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – Questionou porque se encontra em anexo a lei 169/99.-----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu, segundo informação do jurista, a lei em apenso reforça o facto de o assunto ter de ser presente à Assembleia Municipal. -----

⁵ Requerimento apresentado pela bancada do PS



Proposta aprovada por unanimidade. -----

Presidente da Câmara Municipal – Tomou da palavra para clarificar que respeitante às senhas de presença, por força da legislação e das reduções remuneratórias é preciso que todos os vogais entreguem alguns documentos para comprovar se são ou não funcionários públicos, assim como certidão de não dívida às finanças. -----

Apresentou votos de um Santo Natal e também um bom ano de 2015 para todos e também para o município e para a administração local em geral. Referiu que era desejável que em 2015 a Lei das Finanças Locais fosse cumprida, porque efectivamente o governo não está a cumprir com a percentagem sobre os impostos que deve transferir para a administração local. Expressou desejo que os municípios fossem mais unidos e que o seu órgão de representação que é a Associação Nacional de Municípios Portugueses, se unisse em torno de causas que afetam todos os municípios portugueses e que não tomassem posições de acordo com as suas posições político-partidárias. Depois, gostava muito e faço votos para que de facto as transferências de competências que o atual governo e eventualmente o próximo, não tenha só em mente a redução dos custos da Administração Central para aumentar os custos com a Administração Local.-----

Manifestou apreço para que ao nível do nosso concelho pudéssemos trabalhar juntos, com ideias diferentes, pudéssemos discutir, pudéssemos partilhar as ideias, aliás como tem vindo a acontecer, e faço isto também em jeito de balanço, como tem vindo a acontecer no órgão Câmara Municipal. Não é obrigatório todos termos as mesmas ideias, é obrigatório sim partilharmos as ideias, discutirmos com alguma emoção até, mas com correcção. E portanto de alguma maneira todos nós trabalharmos e estarmos unidos, porque os tempos difíceis assim o exigem, estarmos unidos com vista ao bem comum. Continuou, referindo que os orçamentos constroem-se com regras, sem demagogia e não é no mês em que faz o orçamento. Constroem-se dia a dia. Apela para que todos, independentemente da força política a que pertençam, independentemente da expressão em termos da votação que se obteve nas últimas eleições autárquicas, o possam fazer na mesma proporção, quero que estejam à vontade para sugerir, para propor e para construir. Devo dizer-vos que não nos furtamos ao trabalho e com as Juntas de Freguesia fizemos as reuniões que tivemos que fazer, embora se vá tendo um regular contacto, fizemos também em todos os lugares das Freguesias reuniões de trabalho, para além de todos sabermos que há um trabalho de proximidade que faz com que cada concidadão nos aborde tão facilmente que tanto pode falar com qualquer um dos eleitos como vir aqui à Câmara falar connosco. Inclusivamente cada um dos Vereadores deve trazer para a reunião de Câmara, como aliás têm feito, propostas e indicação



de alguns problemas. Algumas das sugestões não têm rubrica própria mas estão vertidas no orçamento porque são muitas vezes assuntos que não custam muito dinheiro, mas que fazem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos numa rua, numa localidade.-----

Referiu também que atende ao cumprimento ao Estatuto de Direito de Oposição onde se inclui as reuniões relativas à elaboração do orçamento. Disse, estive com o Sr. Celestino Freire no meu gabinete quase duas horas a conversar e compreendemos perfeitamente na reunião de Câmara a explicação que o Vereador Mendes nos deu relativamente ao facto de o Vogal Carlos Alves não ter vindo à reunião de cumprimento do Estatuto de Direito de Oposição aquando da elaboração do orçamento. Não compreendi mas aceitei a razão. Porque o Vogal Carlos Alves não fazendo parte da estrutura concelhia do Partido Socialista em Constância mas sim do Entroncamento, entende que não devia participar nesta reunião. E portanto foi-me explicado e o Vereador Mendes, como membro do Partido Socialista na Câmara, disse: “Eu estou por dentro daquilo que posso estar por dentro e portanto, transmito”. Portanto fiquei tranquila com este aspeto. De modo nenhum acho justo que se tenham feito afirmações e usada terminologia quer na declaração de voto relativa ao orçamento quer durante outras intervenções. Aliás gostava, de deixar um desafio, um grande apelo: eu lido com todos os elementos do Partido Socialista e dos outros partidos, cada um tem o seu feitio, e o grande desafio que eu deixava é que se um vogal do Partido Socialista não pode participar ou acha que não deve participar com sugestões para o orçamento porque pertence a uma estrutura concelhia do Entroncamento, quando diz aqui que não é dada a possibilidade de participação e dar voz ao Partido Socialista do concelho nas propostas para o orçamento, eu penso e permitam-me a sugestão, que alterem a bem do nosso concelho e a bem daquilo que eu pessoalmente acho que deve ser que é todos construirmos com opiniões, que ou indiquem uma outra pessoa a quem nós devamos contactar ou inclusivamente achava coerente que o Porta-voz da bancada do Partido Socialista não fosse o Carlos Alves, mas fosse alguém que pertencesse à estrutura da concelhia do Partido Socialista do concelho. Dir-me-ão que eu não tenho nada a ver com isso, eu direi que talvez fosse mais construtivo pelos outros elementos que têm intervindo nesta Assembleia que se possam evitar até alguns constrangimentos que têm aqui surgido e que não interessam a ninguém e muito menos ao concelho. -----

Continuou referindo que foi um ano muito difícil, com muito trabalho, quer por parte dos eleitos quer por parte dos trabalhadores e, na pessoa dos Chefes de Divisão, tendo em conta a reorganização de serviços que houve há alguns anos em que tivemos que diminuir o número de chefias e tendo ainda em conta o facto de só termos Chefe de Divisão da Financeira e da Administrativa a partir de maio, eu quero na pessoa de ambos enaltecer o esforço dos nossos



funcionários em geral. Faço votos que para o ano de 2015, nós todos em termos da nossa organização possamos realmente continuar a trabalhar sem tanto stresse, sem tanta pressão, mas ao mesmo tempo com motivação, com rigor, com vigor, de modo a que possamos continuar a prestar um bom serviço e a dignificar a causa pública que caracteriza quer os trabalhadores da autarquia quer todas as pessoas que estão aqui sentadas, que nos revemos no serviço público e é nessa aposta que aqui estamos, quer os eleitos quer os trabalhadores. Faço votos para que todos tenham saúde, porque acho que o que de mais valioso devemos ter para ultrapassar dificuldades e ter mais força ainda para trabalhar. Termino, sem sequer me furtar a responder a questões que me possam em seguida colocar, mas desejar a todos um bom ano e que de facto o ano que vem nos traga ainda mais energia do que aquela que todos nós demonstrámos ter neste ano de 2014. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Pediu à Senhora Presidente da Câmara para explicar melhor o que se passa em relação às senhas de presença. -----

Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Respondeu por indicação da Senhora Presidente da Câmara, que conforme o Orçamento de Estado de 2014, era necessário conhecer as remunerações mensais auferidas pelos eleitos locais no sentido de saber se efectivamente exerciam funções públicas ou não e, caso exercessem funções públicas, teria que ser acrescentar a essa remuneração o valor das senhas de presença e aplicar as reduções respectivas. Com o artigo 33 do Orçamento de Estado, que entretanto foi considerado inconstitucional, mas no final de maio, quando foi conhecido o acórdão; as reduções remuneratórias foram suspensas. No dia doze de setembro foi publicada a Lei 75 de 2014 com uma nova forma de cálculo e novos limites a partir dos quais as reduções remuneratórias são aplicadas. Em resumo, a câmara tem que saber se o eleito local exerce ou não funções públicas, caso exerça, tem de saber a remuneração mensal auferida para poder calcular as reduções respectivas. Disse ainda que as senhas de presença estão processadas, sendo excepção um ou outro eleito que ainda não informou se exerce ou não funções públicas, mas qualquer pagamento por parte do município carece do comprovativo de que o terceiro não tem dívidas às Finanças e em pagamentos superiores a cinco mil euros, dívida à Segurança Social. Daí que cada eleito deverá entregar na tesouraria uma declaração em como não possui dívidas, ou pode autorizar o município a consultar *online* a situação contributiva e portanto ai não terá qualquer custo. Lembrou que a declaração tem um prazo de validade de seis meses. --

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Sugeriu que a câmara passa-se a pagar as senhas de presença por transferência bancária. -----



Em relação à atividade “Gostar Constância”, disse que é uma iniciativa importantíssima de afirmação do concelho, de reconhecimento às entidades, de incentivo às empresas, às associações e estímulo a bons exemplos de vida. Lamentou a fraca participação dos eleitos nesta atividade e nas comemorações do centenário da Primeira Guerra e com a excelente exposição que foi feita em Montalvo. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Disse que na informação da atividade do Município, falta a menção às dívidas a trinta, a sessenta e a noventa dias e solicitou para a próxima informação conter estes dados para poder efetuar a análise. Sobre os empréstimos que a Câmara Municipal tem em curso, que serão cerca de vinte e sete, disse que falta referir as taxas a que estão indexadas porque há empréstimos que na altura poderiam ser indexados a Euribor ou não, e ainda se é a 3 ou 6 meses e quais são de facto os *spreads*, porque em sua opinião poderá haver empréstimos que precisam de ser urgentemente negociados. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que em relação à extinção de municípios ia apresentar a sua opinião e não a do Partido Socialista, e começou por ler, *“Qual o panorama que temos hoje? Municípios com uma população baixíssima e em forte regressão. A pergunta que fazemos é: a partir de certa altura os municípios têm a capacidade de sobreviver? Portanto, temos que fazer esta reflexão. Estes municípios têm capacidade de sobreviver com estas condições?”* Dizendo que todos devem fazer esta reflexão, pois pensa que uma fusão de municípios é uma possibilidade, com alguns contrapontos e contrapartidas, nunca como um ato isolado mas num contexto de repartição de atribuições e competências. Todo este processo dos municípios deverá ser participado e não imposto. Por fim e para terminar leu um documento ao qual chamou requerimento, ANEXO⁶. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

⁶ Requerimento apresentado pelo Vogal Carlos Alves



E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

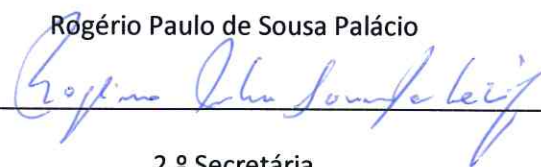
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes



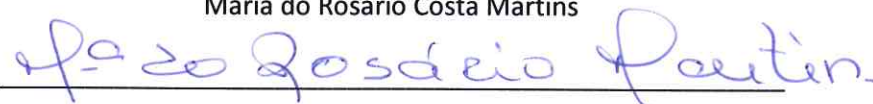
1.º Secretário

Rogério Paulo de Sousa Palácio



2.º Secretária

Maria do Rosário Costa Martins





Proposta

Saudação da Assembleia Municipal de Constância pelo reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade

O Cante Alentejano foi recentemente considerado pela UNESCO Património Cultural Imaterial da Humanidade. Trata-se de uma distinção justíssima que vem consagrar uma das mais genuínas e significativas expressões da alma do nosso povo e que é motivo de grande orgulho para todos os portugueses.

Nascido no campo e dando voz ao sentir dos trabalhadores, às suas alegrias e tristezas, às suas esperanças e desencantos, aos seus problemas e dificuldades, mas também à sua criatividade e à sua força coletiva, o Cante, valendo-se apenas das vozes dos cantadores, apresenta-se como uma poderosa e impressionante forma de comunicação da nossa gente e da sua sensibilidade mais funda. Sendo alentejano e transportando na sua toada dolente e cadenciada a imensidão das planícies do sul, o Cante é português, é coletivo, é nosso. É da Humanidade!

Neste momento de júbilo pelo reconhecimento universal do Cante, a Assembleia Municipal de Constância, em sua reunião ordinária de 22/12/2014, saúda o Cante Alentejano e felicita todos – pessoas e instituições – que contribuíram para que esta honrosa distinção se concretizasse, designadamente os cantadores de muitas gerações, os Grupos Corais que o vêm cultivando ao longo do tempo e, muito particularmente, a Câmara Municipal de Serpa, promotora da candidatura.

A Assembleia Municipal delibera que esta proposta de *saudação pelo reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade* seja enviada para conhecimento às seguintes entidades: Câmara Municipal de Serpa, Secretaria de Estado da Cultura, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Casa do Alentejo em Lisboa, Comunicação Social da Região.

Os eleitos da CDU

Raquel Gaspar
Hugo Sá
Fátima
nls
ombm
Marta

Constância, 22 de Dezembro de 2014

Alm
Ch.
R



Proposta

Saudação e reconhecimento da Assembleia Municipal de Constância a Carlos do Carmo pela atribuição do Grammy

Coroando muito justamente meio século de dedicação ao fado, Carlos do Carmo foi recentemente distinguido com o Grammy Latino de Carreira. Do popular bairro da Bica em Lisboa, onde cresceu, ao reconhecimento universal do seu talento e da qualidade da sua voz e dos poemas e melodias que canta, Carlos do Carmo é um exemplo de persistência e de devotada entrega à mais pura expressão da alma portuguesa.

Se o fado é hoje Património Cultural Imaterial da Humanidade – o que é motivo de justificado orgulho para todos os portugueses – muito se deve ao carinho que lhe tem dedicado Carlos do Carmo e ao modo como o tem sabido dignificar e divulgar pelo mundo.

Para além de fadista de génio, dos melhores que Portugal já teve, Carlos do Carmo é também, enquanto ser humano, um exemplo de verticalidade e de coerência para todos os que diariamente lutam por objetivos de vida sem vacilar nos seus princípios.

Por tudo isto a Assembleia Municipal de Constância, em sua reunião ordinária de 22/12/2014, congratula-se pela atribuição do Grammy a Carlos do Carmo e saúda o fadista e o homem pela distinção que merecidamente recebeu e que muito dignifica a cultura portuguesa.

A Assembleia Municipal delibera que esta proposta de *saudação a Carlos do Carmo pela atribuição do Grammy* seja comunicada a Carlos do Carmo e, para conhecimento, às seguintes entidades: Secretaria de Estado da Cultura, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Câmara Municipal de Lisboa, Comunicação Social Regional.

Os eleitos da CDU

Raquel Gaspar
António Pinheiro
Nils

Constância, 22 de Dezembro de 2014

A. M.
C. P.



Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal

MOÇÃO

Municipalização da Educação

É notória a intenção de o governo da República no caminho que se propõe seguir institucionalizando a municipalização do ensino. Esta opção tem sido crescentemente questionada em países onde foi adotada, nomeadamente na Suécia e no Reino Unido, tendo manifestado ao mundo académico e à opinião pública em geral, perniciosos resultados no que diz respeito ao suporte de democraticidade e igualdade de oportunidades.

O PS sempre assumiu que a descentralização é o caminho, quer seja a nível regional (situação suspensa enquanto não houver regiões), quer a nível autárquico, articulando o respectivo território educativo com todos os elementos da comunidade, quer a nível vertical, quer a nível horizontal, nobilitando as vantagens técnicas, políticas e educativas do reforço do poder local neste domínio, sobejamente conhecidas: proximidade; previsibilidade e flexibilidade.

Está identificado que o processo de descentralização, transformação da educação é um processo lento, mas que deve ser coerente e decidido. Que o processo deve ser participado por todos os actores locais da educação. Que a problemática das relações, é fundamental para a definição de uma política educativa local, na medida em que o sucesso das medidas de descentralização depende do sucesso dessas relações.

Porém, o que constatamos, é que estamos perante um processo unilateral, em que o Governo procura a todo o custo cominar uma medida discutível nada participada e aberta a todos os interessados.

A Assembleia Municipal de Constância, reunida a 22 de Dezembro de 2014,

1. Rejeita a forma encapotada como esta medida está a ser “negociada”, envolta num grande secretismo e sem a participação dos territórios educativos;
2. Recomenda que a comunidade local promova um amplo debate sobre esta problemática;
3. Que os municípios a assumir qualquer gestão da educação tenham o aporte financeiro necessário para garantir a melhoria da qualidade.
4. Solicitar o conhecimento dos documentos que estão a ser negociados e que têm implicações directas na vida das comunidades escolares.
5. Que depois de aprovada por esta Assembleia seja dada conhecimento à comunidade escolar, essencialmente ao agrupamento de escolas de Constância, e à comunicação social.

A bancada do PS na Assembleia Municipal
22 de dezembro de 2014

mf
Filipe Ferreira
Rita Abreu

H. Mendes
Col. A



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Declaração de voto

Orçamento e GOP 2015

Um orçamento que não se identifica estrategicamente, com alguns princípios basilares de uma boa gestão autárquica:

1. A qualidade nos seus mais variados fundamentos (identificação e rigor nas necessidades e expectativas)
2. A inovação (as práticas são as mesmas, o paradigma é o mesmo, uma das características das sociedades actuais é a mudança nos hábitos e costumes) *aliás já Luís de Camões cantava com beleza:*

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança;

Todo o Mundo é composto de mudança,

Tornando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,

Diferentes em tudo da esperança;

Do mal ficam as mágoas na lembrança,

E do bem, se algum houve, as saudades.

3. A responsabilidade ambiental (olha-se muito para a lógica economicista e pouco para a lógica ambiental);
4. A Sustentabilidade (estamos a satisfazer as necessidades das gerações do presente, comprometendo a capacidade de futuras gerações satisfazerem as suas necessidades);
5. A integridade (as práticas autárquicas devem-se redescobrir na transparência, como elemento fundamental da confiança).

Um orçamento que em termos de decisão política fiscal aumentou o IMI para as famílias, manteve a derrama sem qualquer diferenciação positiva, e que ignorou os benefícios do IRS nas pessoas.

Um orçamento que mantém um nível elevado de despesas com pessoal, em que o tempo médio de pagamento aos fornecedores tem aumentado, caminhando-se para a eminente ruptura financeira.

Handwritten signature in blue ink.

Um orçamento que deixou de prever projectos aprovados em 2014 sem se concretizarem e sem investimentos estruturais potenciadores de desenvolvimento.

Por todos os argumentos suscitados o grupo municipal do PS acha que não estão reunidos os princípios do rigor, transparência e poupança essenciais a uma boa gestão autárquica e por isso irá votar contra o Orçamento e as GOP.

A bancada do Partido Socialista – Assembleia Municipal de Constância

22 de Dezembro de 2014

Handwritten signature in blue ink.
Handwritten signature in blue ink.
Handwritten signature in blue ink.



Declaração de Voto

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015

Resultado das opções tomadas ao longo dos anos pelos sucessivos dirigentes que governaram e governam o nosso país, as câmaras municipais confrontam-se atualmente com os mais diversos constrangimentos económicos, legislativos e burocráticos.

Quando esta Assembleia é chamada para análise e eventual aprovação dos documentos em causa é impossível o alheamento face ao incumprimento permanente da lei das finanças locais, á espoliação do FAM, ao aumento do IVA de 6 para 23% da iluminação pública e das refeições escolares. São centenas de milhares de euros que o Governo Central retirou e retira anualmente, direta ou indiretamente, ao município de Constância.

O conteúdo das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 emanado pelo Executivo e aprovado por esta Assembleia, refletindo bem as dificuldades vividas, não deixa de dar uma resposta esperançosa a todos os seus munícipes.

A construção em curso do Centro Escolar de Montalvo e a ampliação do Cemitério da Portela são bons exemplos de como uma gestão rigorosa e eficiente pode, mesmo em tempo de muitas dificuldades, criar mais e melhores condições de vida ás suas populações.

A preocupação mantida no âmbito das funções sociais é de facto uma das áreas dignas de realce. Os apoios ás IPSSs, Bombeiros Voluntários, Associações e Coletividades, Agrupamento de Escolas, Programa Viver Constância são, entre muitas outras vertentes de atuação, fundamentais para a vida, dinâmica e coesão das Instituições e comunidade, á qual a autarquia mantém o apoio e uma ação de permanente incentivo.

O reforço de meios humanos tecnicamente habilitados, nomeadamente na área jurídica, enquadrado no Mapa de Pessoal que a seguir discutiremos, e que está intimamente ligado a este documento, é deveras uma opção relevante para responder á complexa e ininterrupta produção legislativa com que os municípios se confrontam diariamente.

Face ao exposto os eleitos da CDU de forma consciente e empenhada não poderiam deixar de votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2015.

Os eleitos da CDU

Artur Taveira
Raquel Caspan
André
João
Silvia
Walter
Alameda
João

Constância, 22 de Dezembro de 2014

[Assinatura]

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



Handwritten notes in the top right corner:
Senhor Presidente
do C. Municipal
Para encibir e
encaminhamento
22/12/2014 A. Mendes

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal

Requerimento

Handwritten notes on the right side:
Três cópias p/
Sen. Presidente
23/12/2014
J. Gomes

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Constância

O amianto é uma fibra natural proveniente de vários minerais e a sua perigosidade para a saúde reside na inalação das suas fibras. Existem seis variedades de amianto e todas podem causar fibrose pulmonar, cancro do pulmão e mesotelioma – tumor maligno localizado ao nível da pleura, peritoneu e pericárdio – mas têm diferentes graus de perigosidade. Assim, o risco de aparecimento da doença vai depender não só do tipo e da dimensão da fibra, como da sua concentração e do tempo de exposição.

O amianto constitui um importante factor de mortalidade relacionada com o trabalho e um dos principais desafios para a saúde pública ao nível mundial. Investigações recentes concluíram que todas as fibras de amianto são cancerígenas. Só em Portugal, entre 2007 e 2012, morreram 218 pessoas vítimas de mesotelioma, um cancro provocado pela exposição ao amianto, 40 das quais só em 2012. O amianto tornou-se uma ameaça à saúde pública.

Sabemos que no nosso território existe pelo menos um edifício (antiga EBI de Constância), património da autarquia, que na sua construção e protecção utiliza esta fibra mineral. É do conhecimento público que aí estão instaladas oficinas dos serviços camarários, pelo menos desde o ano de 2013, data da abertura do novo Centro Escolar de Constância. Recentemente foi aí inaugurada uma loja social.

Nos termos legais e regimentais aplicáveis, o grupo municipal do partido socialista, vem solicitar que lhe sejam fornecidas, por escrito, informações concretas sobre:

- 1. A listagem nominal dos edifícios públicos, da responsabilidade da autarquia, que tenham coberturas de fibrocimento ou amianto presente em outros materiais construtivos, bem como outros edifícios da responsabilidade do ministério da educação;*
- 2. Solicita-se, relativamente a cada um dos edifícios, que seja disponibilizado o cronograma de intervenção e a solução técnica encontrada, designadamente, a remoção, encapsulamento, a manutenção acompanhada por um programa de monitorização, ou outra;*

3. *Os contactos havidos com o Governo no sentido de identificar os edifícios públicos com a presença de amianto e a sua remoção;*
4. *Concretamente em relação ao edifício mencionado, antiga EBI de Constância, solicita-se o seguinte:*
 - a) *Documentação sobre a avaliação inicial dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, e os consequentes resultados dessa avaliação;*
 - b) *Documentação sobre a elaboração e execução de um plano de trabalhos de manutenção, reparação, remoção ou demolição;*
 - c) *Documentação sobre a informação dada aos trabalhadores sobre os riscos para a saúde resultantes da exposição a poeiras de amianto ou de materiais que contenham amianto;*

Constância, 22 de Dezembro de 2014

Os Deputados Municipais,

Filipe Teixeira

Liliz Abreu



Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal

Requerimento

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os centros escolares do concelho de Constância, resultaram de um amplo debate, com discussão pública, cuja carta educativa foi devidamente homologada pela tutela, prevendo-se na mesma a construção no concelho de três centros escolares, estabelecendo igualmente orientações locais das respectivas localizações. Dois deles já estão construídos e já iniciaram a sua função. Obviamente que a implementação da carta educativa prevê um adequado processo de monitorização e avaliação para que se estabeleçam as necessárias reorientações de acordo com as novas dinâmicas do território e do sistema educativo.

Em relação ao centro escolar de Montalvo têm sido inúmeras as contrariedades relacionadas com a construção do centro escolar de Montalvo, basta consultar as actas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para perceber os desalinhamentos e as indefinições processuais e decisórias sobre o mesmo.

É do conhecimento público que o local de construção foi unilateralmente modificado sem qualquer participação das entidades/instituições que compõem a massa crítica da sociedade constanciense. Perante tamanha desorientação da gestão da coisa pública, o PS foi ao longo destes últimos anos forçado a questionar o governo local sobre uma série de incoerências que até à presente data não foram devidamente respondidas e escrutinadas.

Perante a necessidade de se fazer investimentos avultados, não diretamente ligados ao centro escolar de Montalvo, nomeadamente os relacionados com as acessibilidades. No escrupuloso respeito pelos dinheiros públicos, pela transparência do processo e pela consequente responsabilização a bancada do partido socialista na Assembleia municipal, vem nos termos legais e regimentais solicitar o seguinte:

1. Que nos seja remetida informação, sobre os fundamentos da mudança do local da construção do centro escolar de Montalvo do inicialmente programado para a sua nova localização e de quem é a sua responsabilidade.
2. Que nos sejam enviadas todas as informações e documentos relacionados com as contrapartidas negociadas entre a Câmara Municipal e a empresa dona do loteamento onde está presentemente a ser construído o centro escolar.

A bancada do PS na Assembleia Municipal de Constância

22 de Dezembro de 2014

Filipa Ferreira

Celso Abreu

Senhor Presidente
C. Municipal

Para análise e
encomendamento

22-12-2014 A. Mendes

Tive cópia p/
Sr. Presidente
33/12/2014
Monica